

Pressão do Bandeirantes, emendas e suspense de aliados marcam vitória de Tarcísio na Sabesp

Considerada prioridade máxima para o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo) teve articulação intensa do Palácio dos Bandeirantes, suspense de deputados até a reta final e acusações de promessas de emendas milionárias.

Na avaliação de parlamentares ouvidos pela reportagem, foi o que ajudou a garantir a vitória esmagadora do projeto, aprovado com 62 votos, muito acima das expectativas mais otimistas dos deputados, que duvidaram da força do governador.

“No começo, eu falava que teríamos 60, mas depois baixei a contagem para 55”, diz o deputado Barros Munhoz (PSDB), relator do projeto.

Outros parlamentares estimavam entre 50 e 55 votos, e membros do próprio governo tinham na última semana reduzido as expectativas para 50, apenas 2 a mais que o necessário em caso de plenário cheio. A Alesp tem 94 deputados.

Havia indefinições sobre o voto de membros da base do governo, como a União Brasil, o Podemos e o PSDB, que reclamavam de falta de articulação com a Casa.

Rafael Saraiva (União Brasil), por exemplo, afirmou que o governo “está atrasado com seus acordos, inadimplente na relação com o Legislativo”, e não havia decidido sobre a privatização até a véspera, mas ao final decidiu votar com o governo.

“Eu defendo a vida, e precisamos acelerar a univer-

salização do saneamento para salvar vidas, não podemos atrasar um dia”, disse.

O principal líder da União Brasil em São Paulo é o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Milton Leite, que tem reclamado em público de falta de discussão sobre a privatização e quer garantias de que a capital se beneficiará com a venda.

Para Munhoz, “num processo de 45 dias, é mais do que normal que haja discussões e indefinições sobre a adesão de deputados”.

“O governador participou ativamente, conversou com pessoas que estavam em dúvida, a secretária Natália Resende [Meio Ambiente] foi extraordinária no processo e a coisa amadureceu.”

Thiago Amâncio/Folhapress



Economia



BNDES vai presidir o D20, grupo dos maiores bancos de desenvolvimento

Página - 03

Brasil deve bater recorde de abertura de novos mercados para o agro, diz secretário

Página - 03



Startup Dr.Cash facilita crédito para pagamento de tratamentos médicos

Página - 05



Startup do Macapá Tributei automatiza sistemas tributários

Página - 05



Política

Ala de Lula no PT criticapoder excessivo do centrão e fala em ditadura do BC

Página - 04

Decreto de Lula põe em risco R\$ 15 bi em emendas em ano eleitoral, e Congresso reage

Página - 04

No Mundo

Maduro recorre a Putin em meio à crise com Guiana e EUA



O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, decidiu recorrer ao seu maior aliado externo, Vladimir Putin, em meio à crescente crise com a Guiana.

Maduro está sendo esperado em Moscou no domingo (10) ou na segunda (11), onde deverá encontrar-se com o presidente russo no Kremlin. A viagem traz a Rússia, adversária dos EUA, para dentro da crise na América do Sul.

O objetivo é simbólico, de mostrar apoio à ditadura de Caracas em meio a uma crise provocada pelo governo de Maduro, que no domingo (3) promoveu um plebiscito

visando anexar a região guianense de Essequibo, que corresponde a 70% do território do país vizinho.

A área é disputada desde o século 19 pela Venezuela e há uma arbitragem determinada pela ONU sobre o caso, mas o interesse venezuelano cresceu após a descoberta de uma reserva quase equivalente à brasileira de petróleo no mar junto a seu litoral, em 2015. O início da exploração pela americana ExxonMobil, em 2019, tem se revertido em um aumento brutal no PIB da pequena Guiana.

Na terça (5), Maduro anunciou passos para anexar Essequibo, ao arripio da lei

internacional. Divulgou um novo mapa venezuelano, incorporando a região, nomeou um general como governador regional e disse que a petroleira estatal do seu país iria conceder licenças de exploração dos recursos do vizinho.

A retórica atende a necessidades eleitorais: Maduro enfrenta pressão para liberar a oposição para concorrer nas eleições presidenciais de 2024, e o baixo comparecimento (50% oficialmente) ao plebiscito demonstrou a necessidade de galvanizar apoio e Essequibo é um tema que une até a oposição ao governo.

Igor Gielow/Folhapress

Bolívia entra no Mercosul e vira 5º membro efetivo do bloco econômico



Após oito anos de espera, a Bolívia tornou-se o quinto membro efetivo do Mercosul na quinta-feira (7), quando o protocolo de adesão do país andino foi promulgado durante reunião do bloco econômico no Rio de Janeiro.

“A entrada deles é uma conquista importante para o Mercosul, que passará a contar com 283 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 4,8 trilhões [R\$ 23,5 trilhões]. Não é um PIB qualquer, é importante”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder temporário do bloco durante o encontro.

“Agradecemos ao querido presidente Lula, que hoje

promulgou o protocolo de adesão da Bolívia ao Mercosul como membro pleno, um importante marco histórico na integração regional”, disse Luis Arce, presidente da nação vizinha, uma potência gasífera rica em reservas de lítio.

Agora, a Bolívia faz parte dos cinco Estados-membro do bloco criado na década de 1990 para fazer a integração econômica e aduaneira da região os outros países são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela está suspensa desde dezembro de 2016, quando a ascensão de líderes de direita na região permitiu a punição a Caracas, que não havia aderido a convenções como o de Protocolo

de Assunção de promoção e proteção dos direitos humanos, por exemplo. A exigência de preceitos democráticos para entrar no grupo, aliás, virou um trunfo internamente para Arce, que enfrenta uma briga fratricida dentro do seu partido, o MAS (Movimento ao Socialismo), contra o seu antigo aliado e ex-presidente Evo Morales. A adesão ainda precisa passar pelo Legislativo da Bolívia, que tem quatro anos para se adaptar às normas do bloco e poder ter direito a voto. Na terça-feira passada (28), o plenário do Senado Federal já havia aprovado o protocolo de adesão para a entrada do país, após todos os outros membros.

Folhapress

Israel veta palestinos incluídos em nova lista brasileira para saída de Gaza, dizem fontes

Israel vetou parte da lista de 102 nomes enviados pelo Brasil com pedido de autorização para deixar a Faixa de Gaza pela passagem de Rafah, na fronteira com o Egito.

Foram proibidas saídas de palestinos familiares próximos de brasileiros, segundo apurou a CNN com diversas fontes envolvidas na operação.

As famílias começaram a ser avisadas nesta sexta-feira (8) que as autorizações não foram concedidas. Diante disso, algumas pessoas estão pensando em desistir da repatriação.

A previsão é que o resgate do segundo grupo de brasileiros e parentes próximos em Gaza ocorra ainda neste fim de semana. O grupo foi avisado para que esteja preparado para cruzar a passagem de Rafah às 6h deste sábado (9), no horário local.

As razões dos vetos não foram explicadas, segundo integrantes do Itamaraty.

Uma tentativa de reverter a decisão de Israel é considerada muito difícil. O veto a alguns nomes já era esperado pelo Itamaraty, visto que neste segundo grupo o Brasil ampliou os critérios para incluir palestinos parentes próximos de brasileiros, em relação à lista anterior, quando 32 pessoas foram repatriadas.

Desta vez, avós e irmãos mais velhos foram incluídos. Na primeira lista, foram incluídos apenas pais, filhos e cônjuges, além de brasileiros e cidadãos com dupla nacionalidade. Com isso, a maioria dos nomes, desta vez, é formada por palestinos.

Os critérios da segunda lista foram discutidos entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Agora, é preciso que Israel e Egito aceitem os mesmos parâmetros para retirar parentes e brasileiros de Gaza.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



BNDES vai presidir o D20, grupo dos maiores bancos de desenvolvimento



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai presidir, pelos próximos dois anos, o D20 Long-Term Investors Club (D20). O grupo reúne os 20 maiores investidores e instituições financeiras de longo prazo do mundo. É a primeira vez que o BNDES ocupa essa posição.

O BNDES dividirá a presidência com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Os membros do clube são principalmente do G20 – grupo que reúne as maiores economias mundial, a União Europeia e a União Africana.

A formalização do BNDES como copresidente ocorreu durante encontro do D20 em Dubai, nos Emirados

Árabes Unidos, em paralelo à Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP28). O banco brasileiro foi eleito por unanimidade.

De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o D20 é um dos espaços mais relevantes para estratégias capazes de enfrentar a crise climática, que ele classificou como “dramática”.

Os integrantes do D20 têm perfil de financiamento de longo prazo. A vantagem de empréstimos com duração de décadas é que as condições para os tomadores de dinheiro são feitas de forma mais estáveis, menos vulneráveis a volatilidades em períodos de crise. “Temos um grande desafio na transição energética e na descarbonização da in-

dústria. Isso deveria estar no topo das nossas prioridades”, disse. Mercadante ocupará a copresidência com o vice-presidente do BEI, Ambroise Fayolle. De acordo com o BNDES, ao longo dos dois anos de mandato será liderada uma agenda de trabalho que priorizará articulações entre os setores público e privado para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de projetos que acelerem a transição para cidades inteligentes e sustentáveis.

O grupo também realizará seminários e conferências para discutir iniciativas de mobilização de fundos e estruturação de ferramentas financeiras inovadoras para desenvolvimento urbano.

Bruno de Freitas Moura/ABR

Diesel mais barato a desde esta sexta-feira nas distribuidoras

O litro do diesel nas distribuidoras está, em média, R\$ 0,27 menor, desde esta sexta-feira (8). O valor passa a ser de R\$ 3,78. A medida foi anunciada nessa quinta-feira (7) pela Petrobras. No ano, a redução acumulada soma R\$ 0,71 por litro, o equivalente a 15,8%.

De acordo com a empresa, o ajuste é resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo e interno, frente à estratégia comercial da companhia, implementada em maio de 2023, em substituição à política de preços anterior, e que “passou a incorporar parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística da Petrobras na sua precificação”.

Ao considerar a mistura obrigatória de 88% de diesel A e 12% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor cairá R\$ 0,24 por litro e passará a ser, em média, R\$ 3,33 a cada litro

vendido na bomba. Com isso, o preço médio do diesel A S10 nas bombas poderá atingir valor de R\$ 5,92 por litro, considerando que o Levantamento de Preços de Combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a semana de 26 de novembro a 2 de dezembro indicou valor médio de R\$ 6,16 por litro.

A Petrobras lembra que o valor cobrado ao consumidor final no posto é afetado por outros fatores, como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e da revenda. “Daí, esta estimativa ter propósito meramente referencial, mantidas constantes as demais parcelas que compuseram os preços ao consumidor naquele período”.

A companhia destacou, também, que cabe às autoridades competentes realizar ações de fiscalização, autuação e penalização de práticas abusivas ou lesivas ao consumidor.

ABR



Brasil deve bater recorde de abertura de novos mercados para o agro, diz secretário



O Brasil deve bater o recorde de abertura de novos mercados para exportação de produtos do agronegócio nacional em 2023.

A expectativa do Ministério da Agricultura é de ultrapassar, até o fim deste mês, a marca de 77 acordos com permissão a participação de produtos agropecuários brasileiros no comércio internacional.

“Devemos passar até o final do ano, o ano não acabou ainda. Faltam alguns dias e estamos trabalhando intensamente, fazendo negociações, nossa equipe está toda dedicada a esses acordos”, disse o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa.

Nos últimos 12 meses, o país alcançou a abertura de 73 novos mercados. Segundo o secretário, deve ser anunciado nos próximos dias novos acordos.

“Não podemos avançar o que estamos em negociação, mas temos focados aberturas tanto ao redor do Brasil, no continente americano, mas também com um grande mercado consumidor que é o asiático. Então, em uma dessas duas regiões nos com certeza teremos mais anúncios”, antecipou Perosa.

O dado mais recente sobre novos acordos foi divulgado pela pasta na última segunda-feira (5), quando a Tailândia anunciou a abertura de seu mercado para palatabi-

lizantes destinados à alimentação animal.

Na lista fornecida pelo Ministério da Agricultura, consta aberturas para produtos como carne bovina e suínas para o México e República Dominicana, algodão para o Egito, mamão para o Chile, proteína hidrolisada de frango para a Colômbia, entre outros.

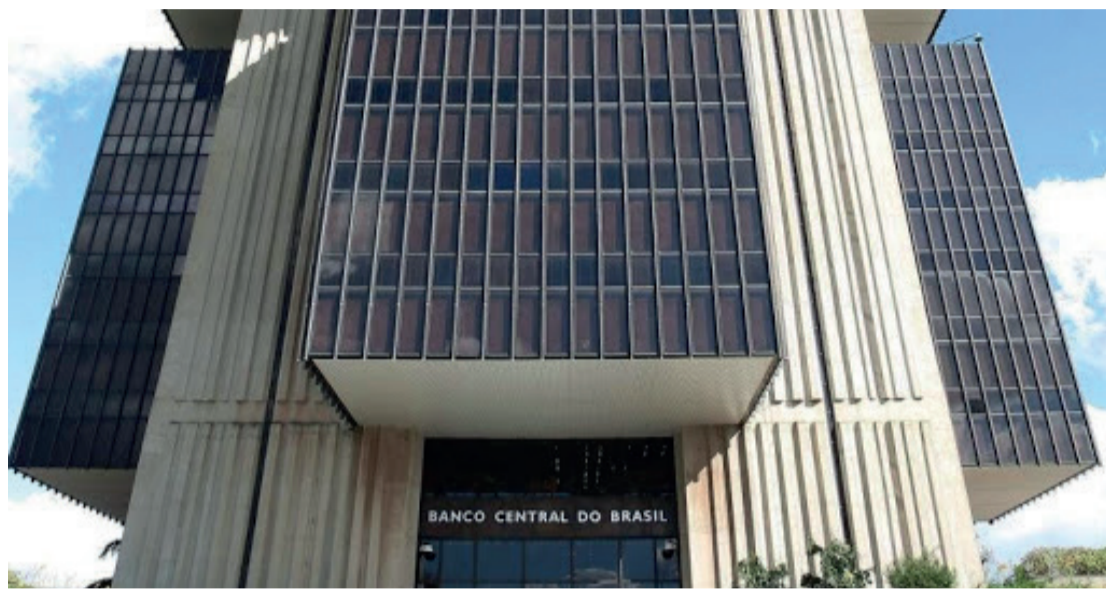
O secretário comentou brevemente sobre o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Na avaliação de Perosa, apesar de sinalizações recentes de entraves no acordo, o governo segue otimista com a possibilidade de uma conclusão.

“Tem países que não querem, pode demorar um pouco mais de tempo do que o programado”, afirmou.

CNN

Política

Ala de Lula no PT critica poder excessivo do centrão e fala em ditadura do BC



A ala política liderada pelo presidente Lula (PT), a tendência petista Construindo um Novo Brasil (CNB) apresentou ao partido uma proposta de resolução em que afirma que o bloco de partidos do chamado centrão exerce influência desmedida no Legislativo e tenta deformar a agenda política vitoriosa na eleição presidencial.

O texto também defende a libertação do Brasil do que chamou de ditadura do BC independente e de um “austericídio fiscal”.

“O Brasil precisa se libertar, urgentemente, da ditadura do BC “independente” e do austericídio fiscal, ou não teremos como responder às

necessidades do país”, diz o documento.

Esse documento será submetido às demais correntes internas do PT na sexta-feira (8), data em que Lula abrirá a conferência do partido.

Ao pregar a organização do partido para mudar a correlação de forças no Legislativo, o documento petista afirma ser inegável que seu campo político permanece minoritário no Congresso Nacional.

“As forças conservadoras e fisiológicas do chamado Centrão, fortalecido pela absurda norma do orçamento impositivo num regime presidencialista, exercem influência desmedida sobre o Legislativo e o Executivo, atrasando, constringendo e

até tentando deformar a agenda política vitoriosa na eleição presidencial”.

O texto diz que o governo respeita a legitimidade de um Congresso igualmente eleito pela população. Mas propõe um esforço conjunto de dirigentes e ministros petistas, além de seus aliados, para levar à população o conteúdo político-transformador das mudanças e da reconstrução do país.

Mais uma vez, o PT defende a responsabilização e punição dos comandantes políticos, civis ou militares, dos atos de 8 de janeiro, “a começar por Jair Bolsonaro, para que nunca mais voltem a ameaçar a democracia”.

Catiana Seabra/Folhapress

Decreto de Lula põe em risco R\$ 15 bi em emendas em ano eleitoral, e Congresso reage



O governo Lula (PT) editou um decreto que coloca em risco cerca de R\$ 15 bilhões em emendas que deputados e senadores comprometidas ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

A ameaça de cancelamento gerou reação do Legislativo, que já prepara uma medida para dar sobrevida às emendas. Os parlamentares contam com o repasse desses recursos para suas bases, sobretudo em ano de eleições municipais.

A construção de uma saída para o problema, no entanto, não desfaz o incômodo deixado pelo decreto.

Parlamentares ficaram insatisfeitos com o ato do governo, num momento em que o Executivo enfrenta dificuldades para obter votos e

Regra que turbinou poderes do TSE é julgada no STF; Fachin vota por mantê-la

O STF (Supremo Tribunal Federal) começou a julgar na sexta-feira (8), no plenário virtual, ação que questiona a resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que ampliou os poderes da corte para agir contra a desinformação sobre o processo eleitoral.

O relator, ministro Edson Fachin, rejeitou os pontos levantados e votou pela constitucionalidade da norma. O prazo para os votos se estende até o dia 18.

Aprovada a dez dias do segundo turno das eleições de 2022, a norma foi questionada pelo então procurador-geral da República, Augusto Aras.

Ele havia feito inicialmente um pedido liminar para que o STF determinasse à época “a imediata suspensão dos efeitos das normas questionadas”, o que já tinha sido negado por Fachin em outubro do ano passado e referendado pela maioria dos ministros. Agora os ministros

analisam o mérito da ação.

Em fevereiro deste ano, Aras disse que reiterava os argumentos apresentados inicialmente e pediu para que o STF declare inconstitucionais quase todos os itens da resolução, entre eles o que permite que o TSE determine de ofício a remoção de conteúdos da internet.

Na ação, ele também argumenta que a possibilidade de suspensão temporária de perfis e contas nas redes sociais, prevista pela resolução no caso de “produção sistemática de desinformação”, configura “censura prévia vedada pelo texto constitucional”. É crítica que tenha sido dado ao presidente do TSE o poder de estender decisão de remoção já proferida a outros conteúdos idênticos.

Além disso, questiona a previsão de multa contra as plataformas que pode chegar a R\$ 150 mil por hora de descumprimento e a possibilidade de suspensão das plataformas.

Folhapress



negociar a aprovação de propostas essenciais para a equipe econômica do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Emenda parlamentar é um instrumento usado por congressistas para destinar verbas a obras, projetos e compra de bens em seus redutos eleitorais. É comum que alguns contratos só venham a ser finalizados meses ou até anos após a indicação da emenda.

Há ainda um saldo de quase R\$ 15 bilhões em emendas de 2019, 2020 e 2021 cuja execução ainda não foi concluída. Nesse período, o Congresso assumiu o controle de uma fatia até então recorde dos recursos do Orçamento, inclusive por meio das emendas de relator, posteriormente declaradas inconstitucionais pelo STF.

As despesas que come-

çaram a ser executadas, mas ainda não foram pagas, podem ser repassadas de um ano para o outro por meio dos chamados restos a pagar.

Na quarta-feira (6), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que estava no exercício da Presidência da República durante viagem internacional de Lula, editou um decreto com regras para a manutenção dessas despesas de anos anteriores, incluindo as emendas.

Pelas regras do decreto, as emendas que não foram totalmente quitadas serão canceladas pelo Tesouro Nacional ao longo de 2024. Para as verbas indicadas em 2019 e 2020, o prazo limite será 31 de março. Para os valores de 2021, o limite será 30 de junho do próximo ano.

Idiana Tomazelli/Folhapress



Startup Dr.Cash facilita crédito para pagamento de tratamentos médicos

A Dr.Cash, fintech que facilita crédito para pagamento de tratamentos médicos, é uma plataforma online que dá acesso ao crédito para pessoas que realizam procedimentos em dentistas, médicos e clínicas estéticas, sem comprometer o cartão de crédito, com limite de R\$ 30 mil e a possibilidade de parcelamento do valor total de 6 a 24 vezes, com juros a partir de 2,95% ao mês.

A startup atua nas áreas de fintech e healthtech, funcionando como B2B2C para intermediar o financiamento de procedimentos médicos, através do crédito CDC Saúde. Entre seus principais parceiros estão: OdontoCompany, Oral Unic, Sorridents, Oral Sin, Boston Medical

Group, Saúde iD, Johnson & Johnson e outros.

Gabriel Meireles, fundador da startup, atuava como consultor financeiro para profissionais da saúde. Ao identificar uma oportunidade nesse segmento, chamou Lucas Hamú para lançar a Dr.Cash, que começou como uma plataforma de empréstimo consignado. Com o tempo, eles decidiram pivotar para o modelo atual, baseado no produto de crédito CDC Saúde.

A fintech já captou recursos da Superjobs e FASP, Bossa Invest e o fundo japonês Incubate Fund. Em dezembro de 2022, a startup fechou uma rodada de investimento Series A liderada pelo CVC do BV, um dos maiores bancos do Brasil.

Startupi



Startup do Macapá Tributei automatiza sistemas tributários



O Brasil possui um dos piores sistemas tributários do mundo, onde se gastam por cerca de 1500 horas para apuração dos impostos. Na América latina a média é de 325 horas. A complexidade é tão grande que 96% dos empresários alegam que essa função é uma entrave para o desenvolvimento dos negócios, segundo estudo da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

Dentro desse cenário complexo existe o ICMS, onde cada estado tem a sua legislação específica. O cálculo do ICMS Substituição Tributária e Diferencial de alíquotas das notas de compra

é complexo de ser executado pois o profissional terá que calcular cada item das notas de compra do comércio, com isso, o alto volume acaba sendo um agravante no processo. Além dessa legislação mudar com bastante frequência e o profissional possuir apenas ferramentas manuais para fazer todo o processo de cálculo.

Então, a história da startup Tributei começa em 2017 a partir da necessidade do CEO Waldir em calcular e analisar de forma rápida e assertiva o ICMS-ST. A partir dessa necessidade ele se juntou com os sócios Jefferson, Fábio e Wanderson para criar uma solução que facilitasse a

rotina de outros profissionais contábeis.

Para calcular o ICMS Substituição tributária e diferencial de alíquotas das notas de compra, o Tributei faz o processo de busca dos documentos de compra das empresas do comércio que através desse arquivo processa automaticamente cada produto em segundos, sem precisar consultar legislação tributária e atualizar de forma manual. Depois, o sistema gera a guia de pagamento através da robotização do processo, com isso automatizando todo o fluxo do processo de apuração do icms-st e difal das notas de compra.

Startupi

Publicidade Legal

Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S.A.

CNPJ/MF nº 25.446.930/0001-02

Balancos Patrimoniais			Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)			Exercícios Findos em Dezembro de 2022 (Em Milhares de Reais)			
	2022	2021	2022			
Ativo			Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Circulante			Lucro do exercício	7.084.119,43		
Caixa e equivalentes de caixa	26.367.478,49	23.524.922,42	Depreciação	-		
Contas a receber	-	-		7.084.119,43		
Outros Créditos	2.137.878,33	78.383,27	Variações nos ativos e passivos			
Despesas Pagas Antecipadamente	807.768,15	-	Contas a receber	-		
Estoques	-	-	Outras contas a receber	(2.059.495,06)		
	29.313.124,97	23.603.305,69	Fornecedores	1.233.116,09		
Não Circulante			Estoques	-		
Outros Créditos	-	-	Impostos e contribuições sociais a recolher	5.663.612,99		
Investimentos	-	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.029.067,91		
Imobilizado	5.232.332,24	2.322.416,48	Empréstimos Sócios	(1.500.000,00)		
Intangível	4.220.888,98	-	Outras obrigações	245.498,61		
	9.453.221,22	2.322.416,48	Adiantamentos	-		
	38.766.346,19	25.925.722,17	Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	11.695.919,97		
Passivo			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Circulante			Aumento do Investimento	-		
Empréstimos	7.865.491,21	-	Aumento do imobilizado	(2.909.915,76)		
Fornecedores	3.264.539,05	2.031.422,96	Aumento do intangível	4.220.888,98		
Impostos e contribuições sociais a recolher	7.854.748,39	2.191.135,40	Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	1.310.973,22		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.600.026,63	570.958,72	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Outras obrigações	6.094.298,33	5.848.799,72	Ações em Tesouraria	(80,00)		
Adiantamentos	-	-	Ajuste de Exercícios anteriores	1.358.816,82		
	26.679.103,61	10.642.316,80	Distribuição de Lucros	(13.087.589,77)		
Não Circulante			Reserva de Lucros	-		
Empréstimos	2.942.357,70	-	Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	(11.728.852,95)		
AFAC	450.000,00	1.950.000,00	Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa			
Parcelamentos	78.191,05	213.321,20	No início do exercício	1.278.040,24		
	3.470.548,75	2.163.321,20	No final do exercício	26.367.478,49		
Patrimônio Líquido			Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	2.842.556,07		
Capital social	30.500,00	29.667,00				
Ações Tesouraria	(3.026,00)	(3.106,00)				
Ágio na emissão de Ações/Quotas	1.499.167,00	-				
Reserva de Lucros	6.100,00	5.933,40				
Lucros Acumulados	7.083.952,83	13.087.589,77				
	8.616.693,83	13.120.084,17				
	38.766.346,19	25.925.722,17				
Demonstração dos Resultados – Exercícios Findos em Dezembro de 2022 (Em Milhares de Reais)						
		2022		2022		
Receita Operacional Bruta		151.615.510,70	Resultado financeiro			
Outras Receitas Operacionais		-	(+) Receitas financeiras	22.707,34		
(-) Deduções da Receita Bruta		(9.483.223,24)	(-) Despesas financeiras	(9.162.849,80)		
(=) Receita Operacional Líquida		142.132.287,46		(9.140.142,46)		
Custos dos produtos /mercadorias/serviços		-	Outros resultados Operacionais			
(=) Lucro bruto		142.132.287,46	(-) Despesa Operacionais Diversas	-		
Despesas operacionais			(+) Receitas Operacionais Diversas	-		
(-) Despesas Administrativas		(110.136.714,21)	Outros resultados não Operacionais	-		
(-) Despesas com Pessoal		(12.185.739,12)	(-) Despesas não Operacionais	-		
(-) Outras despesas		-	(+) Receitas não Operacionais Diversas	-		
(-) Despesas tributárias		2.360.104,86	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.029.796,53		
		(119.962.348,47)	Imposto de renda e contribuição social	(5.945.677,10)		
(=) Resultado operacional		22.169.938,99	Lucro do Exercício	7.084.119,43		
			Prejuízo do exercício	-		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios Findos em Dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)						
	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros	Ágio na emissão de Ações	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.667,00	(3.106,00)	5.933,40	-	13.087.589,77	13.120.084,17
Capital Social	833,00	-	-	-	-	833,00
Ações em Tesouraria	-	80,00	-	-	-	80,00
Ágio na emissão de Ações	-	-	-	1.499.167,00	-	1.499.167,00
Reserva Legal	-	-	166,60	-	-	166,60
Lucro do Exercício	-	-	-	-	7.083.952,83	7.083.952,83
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(13.087.589,77)	(13.087.589,77)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.500,00	(3.026,00)	6.100,00	1.499.167,00	7.083.952,83	8.616.693,83

Rodrigo Ventura de Oliveira – Diretor

Leandro Jose Hermes – Contador CRC ISC 027.601

Confira no nosso site as principais notícias do dia:

datamercantil.com.br

Basilicata Laurenti Ltda.

CNPJ/MF nº 61.367.025/0001-12 – NIRE 35.205.814.131

Ata de Reunião de Sócios

Aos 05/08/2023, às 09h00, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Nicola Lorenti Neto; Secretário: Angelo Agazio Lorenti. **Deliberações aprovadas:** 1. Em razão de erro material na 19ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, a qual deliberou pelo aumento do capital social no valor de R\$ 1.924.814,00, resolvem os Sócios reduzir o capital social no referido montante, proporcionalmente à participação societária dos Sócios e sem a devolução do respectivo montante aos Sócios, mediante o cancelamento de 1.924.814,00 quotas, passando o capital social de R\$ 4.568.550,00 para R\$ 2.643.736,00, dividido em 2.643.736,00 quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada uma. **1.1.** A redução, ora aprovada, fica condicionada à publicação de referida deliberação e ao decurso do prazo de 90 dias sem a oposição de credores. Após o transcurso do prazo acima, restará convalidada a redução do capital, sendo alterada a Cláusula 5ª do Contrato Social. **2.** Autorizar a administração da Sociedade a tomar as providências necessárias para o cumprimento das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 05/08/2023. **Mesa:** Nicola Lorenti Neto, Presidente; Angelo Agazio Lorenti, Secretário.

Negócios

Consulta médica na WeWork? Rede de escritórios compartilhados aposta no setor para crescer no Brasil



A WeWork no Brasil, uma parte da rede global de escritórios compartilhados, está direcionando seus esforços para o aluguel de espaços destinados a profissionais de saúde, como médicos, psicólogos, nutricionistas e esteticistas.

Desde quinta-feira, a empresa iniciou uma parceria com a Clina.Care, uma healthtech especializada no aluguel de infraestrutura para negócios na área da saúde. A utilização desses espaços de saúde ocorrerá através da plataforma da WeWork, permitindo a reserva de consultórios médicos ou outros locais dedicados ao cuidado com a saúde por hora de trabalho.

Fundada em São Paulo em 2020, a Clina.Care começou como um marketplace de consultórios médicos no modelo pay-per-use. A empresa possui uma infraestrutura própria de espaços de coworking para atender profissionais da área de saúde e também aluga espaços ociosos em consultórios médicos de terceiros, como horários entre consultas marcadas.

Com presença em 12 estados em três anos, a Clina.Care possui atualmente 700 espaços cadastrados em sua plataforma, que comportam 12.000 horas de reservas por mês. Os preços começam a partir de 30 reais por hora, com um tíquete médio de 80 reais.

João Lopes Alves, sócio-fundador da Clina.Care,

destaca: “Nosso objetivo é contribuir ainda mais para a capilaridade da saúde, rentabilizando ativos ociosos. Estamos fomentando a economia da saúde.”

A incursão da WeWork no setor de saúde segue um investimento da franquia brasileira em contratos de aluguel de curto prazo, visando ganhar clientes e otimizar a gestão de ativos. Esta estratégia também está alinhada ao crescente interesse de investidores em empresas que buscam aprimorar a eficiência dos consultórios médicos.

A WeWork introduziu no Brasil, em 2021, a marca Station by WeWork, permitindo aos clientes alugar espaços por apenas um dia ou algumas horas.

Produtos de Higiene e Beleza, chocolate e panetone aumentam no fim do ano

O avanço na situação econômica promete ter um impacto positivo nas compras de presentes de Natal. Dentro desse cenário, três categorias se destacam: higiene e beleza, chocolate e panetone. Juntas, essas categorias totalizaram R\$ 1,7 bilhão em presentes durante a última celebração.

De acordo com a Kantar, empresa especializada em dados, insights e consultoria, 18% do faturamento da cesta de Higiene & Beleza em dezembro corresponde a presentes, um número que fica apenas abaixo das compras do Dia das Mães, que alcançam 25%. Em 2022, cerca de 9,7 milhões de pessoas receberam presentes dessa categoria.

No que diz respeito aos gastos em Higiene & Beleza com presentes natalinos, os maiores desembolsos foram para perfumaria (47,2% do valor em dezembro de 2022) e creme corporal (17,5%). No entanto, ambos cederam espaço para opções mais acessíveis. Quanto à categoria de chocolates, aproximadamente 24,6 milhões de pessoas receberam essa delícia como

presente em dezembro de 2022, o que equivale a 17% da população. Em média, cada pessoa recebeu 360 gramas, equivalendo a R\$ 18,87.

Os gastos mais significativos foram direcionados para bombons, devido ao preço 10% abaixo da média dos presentes natalinos e à sua propensão ao compartilhamento. Vale notar que a maioria dos presentes na categoria de chocolates (55,1%) ficou na faixa de preço entre R\$ 10 e R\$ 19.

Quanto ao panetone, ele é considerado o símbolo do Natal, e o volume de presentes cresce a cada ano. Entre 2020 e 2021, houve um aumento de 76% no consumo, refletindo a recuperação pós-confinamento. Entre 2021 e 2022, houve um aumento adicional de 3% no volume. O panetone tradicional de frutas continua avançando nas opções de presentes, com uma importância de 44,9% em volume em 2022. A maioria dos panetones comprados como presente na última celebração estava na faixa de tamanho de 500 gramas ou mais (48%), com destaque para versões recheadas ou com cobertura.

Super Varejo



Redes de atacarejo miram expansão e estratégias para enfrentar desafios em 2024



O setor de supermercados está se adaptando a novos modelos para atender às mudanças constantes no perfil de compra dos consumidores. Enquanto os hipermercados perdem espaço, os atacarejos continuam em expansão, enfrentando desafios como a concorrência crescente, a inflação e a necessidade de aprimorar o atendimento ao cliente. Bruno Corano, economista e CEO da Corano Capital, destaca a intensificação da competição no setor, ressaltando a importância de identificar áreas para se destacar. Ele enfatiza a necessidade de oferecer diferenciais competitivos, como localização estratégica, preços atrati-

vos, variedade de produtos e serviços, e uma experiência de compra positiva.

A rede Novo Atacarejo exemplifica esse cenário favorável, expandindo para 20 cidades entre 2019 e 2023, com 24 pontos de venda na região nordeste. O CEO, Daniel Costa, reconhece os desafios do setor, destacando a dinâmica influenciada por decisões políticas e econômicas. Ele enfatiza o compromisso em oferecer preços competitivos e qualidade aos clientes.

Para ampliar o alcance na região Nordeste, Daniel Costa destaca a importância de conhecer o mercado, os hábitos e as necessidades dos consumidores. Além disso, enfatiza a relevância de avaliar aces-

sos públicos, concorrência e possíveis parcerias com fornecedores regionais, além de formar uma equipe engajada.

O economista Bruno Corano ressalta que a inflação representa um desafio, mas destaca a oportunidade para os atacarejos diante da diminuição do poder de compra, graças às vantagens de preço e ofertas. Ele enfatiza a importância de investir em tecnologia e inovação para atender às demandas do novo consumidor, destacando o comércio eletrônico, experiência do cliente e produtos e serviços com propósito como áreas-chave de investimento para uma expansão sustentável e bem-sucedida em 2024.

Super Varejo